

A chegada e chegadas do nosso sagrado à república' La llegada y llegadas de nuestro sagrado a la república

Francisco César Manhães Monteiro²
Maria Helena Versiani³
Mario de Souza Chagas⁴

1 Maria Helena Versiani e Mario Chagas registram a imensa honra de partilhar com Francisco César Manhães Monteiro a autoria deste artigo. Paco Manhães, como era conhecido, partiu nos últimos dias de outubro de 2022 e não pode ver o nosso artigo publicado. Paco deixa conosco o seu delicado quase sorriso, sua poesia potente e por vezes áspera, sua generosidade, seu carinho bem humorado e sua amizade. Paco segue na vida que nos une. Queremos registrar em sua homenagem, na íntegra, um de seus fortes poemas denominado Necrológios, publicado em seu livro Punhal Inútil (Ed. Texto Território, Rio de Janeiro, 2016):

“(...)
está chegando o momento
em que devo aprender a
escrever necrológios
e cometer alguns atos
de inaudita generosidade
que fiquem na memória
dos que restarem vivos
e dos futuros mortos.

inventar umas histórias
boas de contar nos bares
para confrontar o mórbido
que vem entre risos nervosos
depois dos velórios.

nada mais é próprio,
ante o cego e inevitável.”

2 Graduado pelo Instituto de Filosofia e Letras da UERJ, completou seu mestrado pela mesma instituição. Doutor em Literaturas Neolatinas pela UFRJ. Foi professor de Teoria da Tradução da primeira turma do bacharelado de Letras - Libras da UFRJ. Colaborou com o doutorado em cultura Afro-colombiana da Universidad del Valle del Cauca – Colômbia (Univalle), e representou o Brasil no Comitê Científico que organiza o Simpósio Internacional Jorge Isaacs em Cali, Colômbia. Palestrante e articulista sobre literatura negra, linguagem e tradução para instituições acadêmicas e de mídia do Brasil, Colômbia, Cabo Verde, Federação Russa e México, tendo organizado em 2020, as Jornadas Negras da UniOeste, evento virtual. Foi editor das edições sobre África e Tradução da revista Trama. Lecionou nas universidades: Veiga de Almeida, Souza Marques, Castelo Branco, Estácio de Sá, Universidade da Cidade e UFRJ. Como tradutor literário, se dedicou à tradução das literaturas afro-latinas. Publicou, em 2016, o livro de poemas Punhal inútil e tem outro livro a ser publicado este ano. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5639-4155>

3 Historiadora. Mestre em História Social (UERJ). Doutora em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/ FGV), com Pós-Doutoramento em História (UFF). Integra o Setor de Pesquisa do Museu da República e coordena, na instituição, a documentação histórica do Acervo Nosso Sagrado. Uma das participantes do processo curatorial participativo das exposições: *Laroiê: Caminhos abertos para o Nosso Sagrado* (Museu da República/2021) e *Nosso Sagrado: a construção de uma herança fraterna* (Google Arts & Culture/2021). Professora convidada no Mestrado Profissional em Ensino de História da UFF. Pesquisadora do Observatório de Estudos sobre o Rio de Janeiro (UFRJ/CNPq) e do Instituto de Estudos sobre o Rio de Janeiro. Desenvolve estudos nas áreas de História Cultural, História do Brasil República e História do Rio de Janeiro, especialmente no campo das relações entre história, memória e patrimônio cultural. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7135-5242>

4 Poeta. Museólogo. Licenciado em Ciências Biológicas. Mestre em Memória Social. Doutor em Ciências Sociais. Um dos responsáveis pela Política Nacional de Museus, um dos criadores do Sistema Brasileiro de Museus, do Cadastro Nacional de Museus, do Programa Pontos de Memória, do Programa Nacional de Educação Museal e do Instituto Brasileiro de Museus. Fundador da Revista Brasileira de Museus e Museologia - MUSAS e criador do Programa Editorial do Ibram. Atualmente é diretor do Museu da República/Ibram, presidente do Minom e professor colaborador do Programa em Pós-graduação em Museologia da Ufba, professor visitante do Departamento de Museologia da ULHT, em Lisboa. Tem experiência nacional e internacional no campo da museologia e da museografia, com ênfase na museologia social, nos museus so-

Resumo

O artigo narra o percurso do Nosso Sagrado, acervo de objetos das religiosidades afro-brasileiras, desde seu confisco pela polícia em casas de santo cariocas, nas primeiras décadas do Brasil republicano, até sua chegada ao Museu da República. Os confiscos amparavam-se no Código Penal da época, em que os afro-religiosos eram tachados de aproveitadores e primitivos e seus rituais descritos como bárbaros e venais a partir de visões depreciativas das tradições de matrizes africanas. Depois de retidos em domínio policial por até mais de um século, os objetos sagrados foram transferidos para o Museu da República em 21 de setembro de 2020, após uma longa espera e campanhas por reparação de justiça, direito à liberdade religiosa e afirmação da cidadania negra e por solicitação de lideranças de santo que protagonizaram a luta para a liberação desses objetos e que agora compartilham a gestão do acervo no museu.

Palavras-chave

Nosso Sagrado; Museu da República; racismo; liberdade religiosa; cultura afro-brasileira; religiosidade afro-brasileira.

Resumen

El artículo narra el recorrido de Nosso Sagrado, una colección de objetos de las religiones afrobrasileñas, desde su incautación por la policía en las “casas de santo” de Río de Janeiro, en las primeras décadas del Brasil republicano, hasta su llegada al Museo de la República. Las incauciones se estribaban en el Código Penal de la época, en el que se calificaba a los afro-religiosos de pícaros y primitivos y sus rituales de bárbaros y venales desde puntos de vista depreciativos de las tradiciones de las matrices africanas. Después de haber sido retenidos en el dominio de la policía por más de un siglo, los objetos sagrados fueron transferidos al Museo de la República el 21 de septiembre de 2020, después de una larga espera y de campañas por reparación de justicia, derecho a la libertad religiosa y afirmación de la ciudadanía negra y a petición de los líderes santos que desempeñaron un papel destacado en la lucha por la liberación de estos objetos y que ahora comparten la gestión de la colección en dicho museo.

Palabras clave

Nuestro Sagrado; Museo de la República; racismo; libertad religiosa; cultura afrobrasileña; religiosidad afrobrasileña.

Como chegamos ao acervo ou como o acervo chegou a nós

Esta não é uma história convencional e acadêmica nem poderia sê-lo, considerando o tema que permeia e dá razão ao texto. Busca-se o simples e não se há de ocultar o complexo: somos aqui três autores e a narrativa atravessa nossos percursos de descoberta e autodescoberta. Maria Helena Versiani é pesquisadora e historiadora do Museu da República; Mario Chagas é poeta, museólogo, cientista social e diretor do Museu da República. A relação deles com o acervo não precisa de adendo e fica mais clara ao longo do texto. Permite apresentar o terceiro autor, Francisco César Manhães Monteiro. Pesquisador, poeta e tradutor, interessado desde o berço pelo tema, filho de babalorixá e neto de pastor batista pelo lado materno. Outras vozes também se juntarão às nossas.

É, sobretudo, a história árdua, mas libertadora, de 519 objetos sagrados de religiões afro-brasileiras, apreendidos pela Polícia Civil do Rio de Janeiro ao longo das seis primeiras décadas da República, até meados dos anos 1940. A violência dessas apreensões era contada e recontada pelos mais velhos aos mais novos. Esses objetos sagrados eram confiscados como provas de supos-

ciais e comunitários, na educação museal e nas práticas sociais de memória, política cultural e patrimônio.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0232-4757>

tos crimes, foram apreendidos e permaneceram sob o domínio da polícia. As religiões de matrizes africanas eram sintomaticamente criminalizadas e as batidas policiais afligiam os terreiros afro-brasileiros com base em códigos penais promulgados em 1890⁵ e 1940⁶ que autorizavam a perseguir negros e prender quaisquer praticantes dessas religiões.

Mario Chagas, o primeiro diretor do Museu da República submetido a concurso público, entra nessa história em 2018, quando foi procurado por zeladoras e zeladores, ialorixás e babalorixás da campanha Liberte Nosso Sagrado. A pergunta era reta e direta: o Museu da República receberia a então chamada Coleção Magia Negra, depositada no Museu da Polícia Civil? Diante da relevância do acervo, a oferta foi aceita verbalmente de imediato, uma posição que logo seria assumida por toda a equipe do Museu da República. Foi quando Maria Helena entrou entusiasmada em nosso enredo.

Mario Chagas não considera que esta indagação da comunidade religiosa tenha sido casual ou incidental, mas que carrega implícita uma mensagem e uma simbologia. O Palácio do Catete, que abriga o Museu da República, foi o palácio presidencial entre 1897 e 1960, quando o Rio de Janeiro deixou de ser a capital do país, o que abarca praticamente todo o período em que ocorreram os confiscos. Segundo Mario cogita, quem comandava o Brasil entre essas paredes nesse período repressivo devia no mínimo ter sabido dessas apreensões, ter dado o aval oficial a elas; até mesmo ter emitido ordens diretas de repressão.

A equipe do Museu da República não faz favor em acolher o acervo, está simplesmente cumprindo o seu dever de ofício. Sem dúvida, é uma honra a oportunidade de contribuir para a libertação desse acervo, mas o Museu assume a responsabilidade compreendendo que a prática do cuidado e do afeto é importantíssima em todo processo e ciente do compromisso de trazer para o centro do debate e fazer chegar ao futuro mensagens de combate ao racismo religioso e estrutural, que ajudem a contar a História de um Brasil inclusivo.

O percurso de Francisco Manhães até o acervo foi mais longo e oblíquo. Não sendo historiador ou sequer particularmente religioso e não estando vinculado ao Museu da República, a não ser por laços afetivos e culturais, é preciso explicar a presença desse tradutor e poeta na história. Desde a infância esteve envolvido com a religiosidade negra. Seu pai foi o babalorixá Francisco Gonçalves, que morreu durante uma atividade do terreiro em Olaria, subúrbio carioca. Francisco se lembra de acompanhar o pai pelos terreiros do subúrbio carioca, sobretudo, os da região da Leopoldina, Olaria, Ramos e Bonsucesso, mas o pai e babalorixá morreu cedo e Francisco não se aprofundou pelo sacro afro-brasileiro. Só foi mostrar interesse intelectual pelas religiões e culturas negras na adolescência e bem acidentalmente.

Não querendo expor sua timidez em público no Dia do Folclore, instituído então recentemente, em 1965, pela Ditadura Militar, se propôs a cuidar da cenografia da apresentação de seu grupo no respeitado colégio Gomes Freire de Andrade, na Penha, Rio de Janeiro. O tema era uma história tradicional africana, passada onde seria hoje o Daomé e era toda contada pela dança. Como coreógrafo, voluntariou-se um dançarino bastante famoso na época, porque aparecia dançando uma coreografia afro-brasileira num comercial de TV, que foi para muitos brasileiros daqueles tempos rudes a primeira vez em que viam a cultura

5 Decreto n. 847, de 11/10/1890. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>> (acesso em 02/04/2022)

6 Decreto n. 2.848, de 07/12/1940. O Código Penal criado em 1940 só entrou em vigor em 1942. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> (acesso em 02/04/2022)

negra, ou mesmo pessoas negras, numa propaganda; para os adolescentes, uma grande celebridade. Enfim, criou-se uma grande perspectiva e expectativa. O coreógrafo era também um militante negro contra o racismo e uma pessoa bastante articulada e culta. Foi a primeira pessoa a apresentar àqueles alunos livros sobre a cultura afro-brasileira. Entre eles, *Arte Negra na Cultura Brasileira (Máscaras Africanas)*, da artista Iracy Carise, que fazia menção discreta, mas direta ao acervo agora chamado de Nosso Sagrado.

Pela primeira e última vez na vida, Francisco fez elaborados desenhos, moldes e esquemas dos vestuários que seriam típicos do Daomé. Eram túnicas brancas, simples, com fendas para permitir a fluidez da dança. Muito bonitas e elegantes, fáceis de costurar, na opinião do próprio estilista amador. Os adereços eram simplórios, feitos de papel machê e celofane, com algo de papelão e isopor. Os objetos de cena eram facilmente encontráveis nas chamadas lojas de macumba, muito comuns na época e naquele bairro. Basicamente, objetos de barro, jarros, nada que ofendesse alguma sensibilidade católica ou cristã.

Sintomaticamente, mostrando o mesmo pensamento preconceituoso em relação à cultura afro-brasileira, as roupas cenográficas que as mães entregaram para apresentação de dança do Daomé, em vez das túnicas brancas combinadas, eram uma versão suburbana das vestes dos Flintstones, uma série de desenhos animados, muito popular naquela época na televisão, uns farrapos imitando pele de onça. Era como as mães da classe média da Penha, subúrbio carioca, concebiam a estética africana.

Francisco Manhães dedica-se hoje, como tradutor literário, sobretudo a obras afro-latino-americanas. No momento, traduz *Changó el gran putas* (Xangô, o bambambã, título provisório em português) do romancista afro-colombiano Manuel Zapata Olivella, amigo e parceiro de lutas do nosso Abdias do Nascimento, que conta a saga dos cinco séculos do negro nas Américas e a interação mítica do negro com os orixás.

O conjunto de objetos sagrados foi nomeado primeiro de Coleção Museu da Magia Negra, reiterando a carga de preconceito no tratamento conferido por instituições do Estado aos objetos sacros, além do grau de ignorância corrente em relação às religiosidades afro-brasileiras.

A denominação do acervo como Museu de Magia Negra produziu, desde sempre, indignação no povo de santo e de axé. Trocar o nome do acervo foi ponto inarredável de reivindicação. Mãe Meninazinha de Oxum, autoridade do Candomblé, exclama:

_ Absurdo, Coleção Magia Negra, como se fosse crime. É o Sagrado, coisa de grande fundamento, não tem nada de magia negra, são as ferramentas e assentamentos dos Orixás, é o Nosso Sagrado, é muita coisa!

Mãe Meninazinha impacienta-se:

_ Podia ser sala negra, acervos negros, mas essa magia negra tem tom pejorativo.

Mãe Nilce de Iansã, do mesmo terreiro de Mãe Meninazinha, reitera e conclui:

_ Só muito desconhecimento pode produzir um imaginário tão negativo.

A chegada e chegadas do nosso sagrado à república

Para o povo de santo é surpreendente que sua religião seja alvo de tanto ataque, uma religião sem barreiras, sem preconceito de cor, de gênero ou classe social, aberta a qualquer pessoa. Quem participa é escolhido e acolhido pelos Orixás. Não há proselitismo e cooptação. Não existe pecado, preconceito, só a energia dos Orixás. Por que, então, há tanta falta de respeito com uma religião que acolhe, agrega e dedica atenção a quem quer que seja?

Como se diz, os demônios de uma religião dominante são os deuses das religiões vencidas. Mas as religiões de matrizes africanas não são religiões derrotadas e, num Estado laico democrático, não pode haver religiões dominantes, mas sim religiosidades em movimento.

Voltando ao acervo, a condição institucional para o recebimento do acervo foi ser firmado o compromisso de uma gestão compartilhada entre o Museu da República e as casas de santo. O compromisso não seria mais entre Mario, o atual diretor do Museu, e um grupo de lideranças religiosas mas, sim, entre a instituição museológica e as casas de santo. A expectativa é de uma parceria de longo prazo, como explica Mario Chagas no documentário *Respeita Nosso Sagrado*:

— Queremos uma garantia de continuidade desse trabalho, uma garantia que pessoalmente espero que vá além da minha gestão.⁷

Mãe Meninazinha consultou os Orixás, que estão de acordo com a transferência do acervo para o Museu da República. A instituição, assim, tem todos os caminhos abertos para assumir o desafio da preservação do *Nosso Sagrado*.

Entre as primeiras iniciativas dessa gestão compartilhada, adotou-se para o acervo o nome *Nosso Sagrado*.

Uma breve história centenária de confisco

No Brasil do século XIX, e mesmo no começo do século XX, o branqueamento étnico, o incentivo à imigração branca europeia e o combate ao que fosse africano na língua, na cultura e na religião fizeram parte de um mesmo pensamento dominante em favor de uma ideia de progresso, que não por casualidade, faz parte do lema da sua bandeira.

Por mais que as batidas policiais e apreensões constituíssem, na justa perspectiva do povo de santo e de terreiro, crime, afronta e violação de direitos, as apreensões policiais encontravam respaldo legal, a partir de normativas que proibiam o que era classificado como espiritismo, curandeirismo e prática ilegal da medicina, evidenciando assim um racismo legalizado e pouco velado.

Tais normativas, desde a Constituição Brasileira de 1891, a primeira do período republicano, conviveram com e desmentiram o marco legal do Estado laico e da liberdade de crença e culto no Brasil, estruturando toda uma rotina de violência policial, institucional e estatal contra adeptos e praticantes de religiões afro-brasileiras e seus espaços de culto. Mães e pais de santo foram perseguidos, encarcerados e acusados de praticar feitiçaria, suas casas sagradas e suas manifestações religiosas foram profanadas e é, nesse contexto, que os objetos dessas casas foram apreendidos e registrados como “prova de crime”.⁸

7 Documentário *Respeita Nosso Sagrado*, que registra o dia de transferência do *Nosso Sagrado* para o Museu da República, em 21/09/2020. Com produção audiovisual da Quiprocó Filmes e direção de Fernando Sousa e Gabriel Barbosa, foi lançado em 20/11/2020. <<https://www.facebook.com/quiprocofilmes/videos/846492332769638/>> (acesso em 03/04/2022).

8 O assunto é desenvolvido em alguns estudos indicados nas Referências deste artigo. Entre eles, uma

Note-se que no período anterior, o do Império, as demandas negras estavam premidas e reprimidas pelo regime da escravidão. Tampouco havia, até 1888, a separação entre Igreja Católica e Estado. Mesmo instituições cristãs não católicas e judaicas dependiam da aprovação da Igreja Católica para se estabelecerem e manterem. Cerimônias não católicas eram sobretudo realizadas domesticamente, autorizadas em colônias europeias ou por interferência política direta, mas em nenhum caso registrado sofreram repressão policial e oficial violenta. A repressão violenta às religiões de matrizes africanas sempre foi menos religiosa do que de matiz racial.

Inicialmente, os objetos confiscados foram depositados nas delegacias responsáveis pelas ações policiais. A partir de 1912, com a criação da Escola de Polícia Científica do Rio de Janeiro, foram reunidos e expostos em sala reservada para uso pedagógico e auxiliar à formação policial. Em 1937, o local foi denominado de Seção de Tóxicos, Entorpecentes e Mistificações, vinculado à 1ª Delegacia Auxiliar da Polícia Civil, deixando ver o modo preconceituoso e ofensivo como os objetos de religiões de matrizes afro-brasileiras eram agenciados na instituição policial. Naquele momento, a proposta ainda incipiente de criação de um museu da polícia limitava-se à exibição dos artefatos sagrados ao lado de outros materiais associados à contravenção penal, tais como armas de fogo e papéis fraudulentos. Os objetos expostos serviam também à reconstituição de supostas cenas de delitos em aulas práticas de treinamento de policiais, no âmbito de uma pedagogia autoritária e racista. Em 1960, com a criação do Estado da Guanabara, a Escola de Polícia Científica do Rio de Janeiro passou a se chamar Academia de Polícia. Em 1984, foi rebatizada com o nome Academia Estadual de Polícia Sylvio Terra.⁹

Em 5 de maio de 1938, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), criado em 1937 com atribuições de proteção legal e ajuizamento sobre os bens culturais que devem compor o patrimônio oficial público,¹⁰ determinou o tombamento dos objetos sagrados que se encontravam em exposição na Polícia Civil.¹¹ As razões que instruíram esse tombamento ainda não são bem conhecidas, posto que nos primeiros anos de funcionamento do Sphan não se havia ainda estruturado a produção de pareceres justificadores dos tombamentos.¹² Algumas hipóteses são, no entanto, levantadas por pesquisadores, entre elas a de que teria havido agência direta, por motivação pessoal, do então diretor da Divisão de Polícia Técnica da Escola de Polícia, o delegado Sylvio Terra.¹³ Outra hipótese é a de que ganhavam repercussão social ideias pioneiras do poeta e escritor Mário de Andrade em torno do que ele chamava de arte arqueológica, arte histórica, arte ameríndia e arte popular, bem como sobre o que compreendia como museu arqueológico e etnográfico. O poeta encontra-

publicação referencial é MAGGIE, 1992.

9 <<http://www.policiacivilrj.net.br/acadepol.php>> (acesso em 03/04/2022).

10 Ver o Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> (acesso em 03/04/2022)

11 No dossiê de tombamento do Sphan relativo à Coleção Museu de Magia Negra, há uma correspondência, de 06/05/1940, enviada ao diretor do Sphan pelo 1º delegado auxiliar Demócrito de Almeida, encaminhando a lista dos itens então pertencentes à Coleção, somando 196 itens.

12 É a Portaria n. 11 do Iphan, de 11 de setembro de 1986 que estabelece regulamentação exigindo que todo tombamento seja precedido de processo, com descrição detalhada das características físicas do item tombado e dos sentidos que justificam o seu valor como patrimônio cultural do país.

13 Ver: GURAN, 2017. A informação consta também em página oficial da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. <<http://www.policiacivil.rj.gov.br/museu/historico.htm>> (acesso em 14/04/2022)

A chegada e chegadas do nosso sagrado à república

ria boas oportunidades para conversas com o diretor do Sphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade, lançando luz sobre a diversidade cultural brasileira e reconhecendo valor de patrimônio nacional à cultura popular.¹⁴

A partir de 1945, os objetos sagrados foram depositados no recém-criado Museu do Departamento Federal de Segurança Pública, atual Museu da Polícia Civil, mantendo-se sob a guarda da polícia. A nova instituição museológica pouco ou nenhum investimento fez para conservar, pesquisar e divulgar as peças do acervo, que seguiram reconhecidas apenas como peças essenciais para o estudo da Criminologia. Mais que tudo, os objetos sagrados apreendidos foram apropriados como acervo culturalmente pertinente à vida policial e eram (mal)tratados como acervos policiais, sendo, pois, duplamente esvaziados de seus sentidos primários e fundantes.

Em 1989, a essa altura abrigadas na rua Frei Caneca, um grande incêndio ocasionou a perda de inúmeras peças, entre elas algumas que compunham o conjunto tombado em 1938. Em consequência, o Museu da Polícia foi transferido para o anexo do prédio histórico em que funciona a atual Secretaria de Estado da Polícia Civil, onde os objetos sagrados permaneceram guardados em caixas, com acesso vetado ou restrito por longo período para pesquisadores, religiosos e o público. Inacessíveis. Invisibilizados.

No entanto, a atual direção do Museu da Polícia assumiu postura diferente, tornando-se parceira para a consolidação da transferência do acervo. Em momento importante de convergência institucional com as comunidades religiosas e os movimentos sociais, deu-se o reconhecimento de que esses objetos sagrados conectam memórias sensíveis à história da população brasileira. A transferência do acervo para o Museu da República torna-se parte de uma reparação histórica, que ilumina de luz própria esse patrimônio museológico.

O protagonismo da comunidade de santo é afirmado, postulando-se nova relação entre poder público e sociedade civil, em que a população de santo é deslocada de uma condição em que possuía reduzido poder de decisão para outra em que o seu conhecimento, sua participação e representação tornam-se indispensáveis e orientadores da gestão do acervo.

Campanha Liberte Nosso Sagrado

A situação de roubo, confisco e profanação das peças sacras sempre foi uma pedra no sapato para a comunidade afro-religiosa e mesmo para os militantes negros laicos. Se para os afro-religiosos a preocupação era sobretudo uma questão de fé, para ninguém escapava a importância simbólica e étnica do acervo. São a luta, a resistência, a capacidade de enfrentar as adversidades que estão presentes na trajetória social desse acervo, que contamos aqui, parcialmente.

— A população de terreiro sempre soube dessas peças sequestradas a partir da violência do Estado. É uma história muito dura que a gente viveu — confirma Pai Adailton Moreira de Ogum, babalorixá do Ilê Omiojuarô, do bairro de Miguel Couto, em Nova Iguaçu, filho da respeitadíssima Mãe Beata de Iemanjá.¹⁵

14 ANDRADE, 1981 (Publicações do Sphan, 33). Ver também CHAGAS, 2006.

15 BBC Brasil, 20/11/2020. “Os objetos sagrados de religiões afro-brasileiras ‘libertados’ mais de 100 anos após serem apreendidos”, por Camilla Veras Mota. <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55018196>> (acesso em 03/04/2022).

Desde o final da década de 1960, Mãe Meninazinha conduz seu terreiro herdado da avó biológica e ialorixá, Iyá Davina. Já então, percebia que tinha herdado também a tarefa política e pedagógica de reunir o povo de santo e buscar apoio a fim de resgatar o Nosso Sagrado do Museu da Polícia Civil. Ela é categórica quanto ao confisco, trata-se de um roubo cultural:

— Eles roubaram o que é nosso.[...]
— Para nós, não é só um acervo – ela insiste – É nosso sagrado. Foi um roubo. Entraram nos terreiros e tiraram o que não era deles.¹⁶

Mãe Meninazinha tornou-se então a porta-voz da liberdade de existir e do direito de expressão das religiões afro-brasileiras. Em 2007, em entrevista concedida à museóloga e pesquisadora Pamela de Oliveira Pereira, Mãe Meninazinha firmou a seguinte compreensão:

Muitos dos nossos pais-de-santo, mães-de-santo, ialorixás, babalorixás foram agredidos fisicamente, foram presos, jogados numa delegacia. E nossos bens sequestrados. Nossos bens são a nossa riqueza, o nosso ouro, o nosso sagrado, que pra nós vale muito, mais que ouro, tem muito valor. E pra polícia, não. Nós fomos taxados de bruxos, feiticeros e não é isso, nós cultuamos orixás, que são elementos da natureza. E esse acervo lá no Museu da Polícia nos envergonha. Eu falo isso com muita tristeza, mas com fé em deus e nos orixás, como representante do candomblé e como representante dos orixás, eu vou continuar lutando. Eu tenho muita esperança e vou continuar lutando. (PEREIRA, 2017: 51)

Em toda oportunidade Mãe Meninazinha denunciava o desrespeito e a profanação religiosa e exigia reparação e libertação do sagrado que havia sido roubado, saqueado, confiscado. Em várias situações a ialorixá questionava:

— É crime a gente ser de candomblé? É crime nós cultuarmos Orixás?¹⁷

— Vou falar do Sagrado. Que minha vó sempre falou: “gente, precisamos ver as nossas coisas que estão nas mãos da polícia”. Que nossas coisas são essas? - eu perguntava. Ela falava, mas não tinha como reverter essa história, não sabia como começar, era uma mensagem que estava passando pra nós mais novos e entregando nas nossas mãos essa responsabilidade.¹⁸

A luta de Mãe Meninazinha pela libertação dos objetos sagrados foi incansável. Em eventos no seu terreiro, quando encontrou o poeta, dramaturgo, político e militante negro Abdias do Nascimento, perguntou:

— Como podemos libertar as nossas coisas, o Nosso Sagrado?

16 National Geographic, 20/11/2020. “Peças sagradas de religiões afro-brasileiras deixam guarda da polícia após 75 anos”, por Jill Langlois (texto) e Gui Christ (fotos). <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2020/11/pecas-sagradas-de-religoes-afro-brasileiras-deixam-guarda-da-policia-apos-75-anos>> (acesso em 03/04/2022).

17 67ª Jornada Republicana do Museu da República: Cuidando do Nosso Sagrado, 29/10/2020. Participação dos debatedores Mãe Meninazinha de Oxum, Mãe Nilce de Iansã e Mário Chagas e mediação de Maria Helena Versiani. <https://www.facebook.com/watch/live/?v=442268626745160&ref=watch_permalink> (acesso em 03/04/2022).

18 67ª Jornada Republicana do Museu da República, op cit.

Do mesmo modo, quando encontrou o deputado Carlos Alberto de Oliveira, militante do movimento negro, político e líder antirracista, reiterou a pergunta:

_ Como libertar as nossas coisas, o Nosso Sagrado?

Dia após dia e por anos a fio, a Meninazinha repetia, repetia nas entrevistas, em quaisquer microfones que lhe chegassem às mãos

_ Como libertar as nossas coisas, o Nosso Sagrado?

O tema da repetição reapareceu na 67ª Jornada Republicana do Museu da República, quando Mario Chagas, o diretor do Museu, reconheceu que:

[...] sem repetição não há música, música é repetição, atabaque é repetição, e sem repetição não há poesia, vamos repetir, repetir e de vez em quando vamos repintar e reinventar e continuar a repetir; que a repetição acende nossa memória e se há uma memória que precisa ser acesa e acordada é a do povo afro-brasileiro, denunciando o racismo estrutural, o racismo religioso, que atravessa a sociedade brasileira de ponta a ponta, temos que repetir incansavelmente.¹⁹

Outro momento de afirmação social das religiosidades afro-brasileiras havia sido a criação, em 26 de julho de 1997, do Memorial Iyá Davina, no Ilê Omolu e Oxum, projeto idealizado por Mãe Meninazinha, concretizado com a participação solidária do povo santo e que se tornou espaço de visitação pública, com destacada presença de escolares e pesquisadores.²⁰ Em 7 de julho de 2018, aniversário do terreiro, foi inaugurado um busto de Iyá Davina no Memorial.²¹

Em 2017, sob a liderança e com o exemplo de Mãe Meninazinha, o povo de santo se organizou e contatou a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Ministério Público Federal, o Iphan, a Superintendência Estadual de Museus, o Museu da Polícia Civil, o Museu da República, o Museu Nacional, o Museu Histórico Nacional e o Museu do Ingá, entre outras instituições.

Na sequência, foi lançada a campanha Liberte Nosso Sagrado, com apoios de parlamentares e pesquisadores, articulada ao Movimento Negro, ao Instituto de Estudos da Religião, à Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro e ao Ocupa Dops, uma campanha que reúne movimentos sociais e entidades de direitos humanos, parlamentares e cidadãos que reivindicam a transformação do prédio histórico da Polícia Civil do Rio de Janeiro em espaço de memória da resistência e da luta social no Brasil, entre outros movimentos e instituições.

Logo nas primeiras reuniões, surgiu a ideia de batizar a campanha de Liberte Nossos Orixás. Mas Mãe Nilce de imediato rebateu:

_ Os Orixás não estão aprisionados.²²

19 *Ibid.*

20 Sobre o Memorial Iyá Davina, ver vídeo do acervo digital de cultura negra Cultne Doc, na página do Ilê Omolu e Oxum. <<https://ileomolueoxum.org/about-us-2/>> (acesso em 03/04/2022)

21 Ver vídeo “Busto Iyá Davina – Ilê Omolu e Oxum – 50 anos”, do acervo Cultne Doc. <<https://www.youtube.com/watch?v=8T7tSB194Pc>> (acesso em 03/04/2022)

22 67ª Jornada Republicana do Museu da República, op cit.

Um grupo potente de “matriarcas de matriz africana e de motriz africana”, como as chama poeticamente pai Adailton de Ogum no documentário *Respeita Nosso Sagrado*, garantiu a persistência da luta. Mãe Meninazinha de Oxum, Mãe Beata de Yemanjá, Mãe Palmira de Oyá, Mãe Nilce de Iansã, Mãe Flávia da Casa do Perdão estão entre as mães que renovaram o movimento de força e resistência. Ao lado das matriarcas matrizes e motrizes estão pais de santo e zeladores potentes, sensíveis e afetuosos.

Ainda em agosto de 2017, foi protocolada uma representação no Ministério Público Federal, peticionando a retirada dos objetos sagrados do Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro. A Comissão de Direitos Humanos da Alerj, apoiada por técnicos do Iphan e lideranças religiosas, realizou diligência no Museu da Polícia Civil para avaliar as condições de conservação dos objetos sagrados. Foi preciso abrir apenas uma das caixas para se evidenciar o abandono do acervo e a urgência de cuidados técnicos.

Subsequentemente, foram organizadas audiências públicas na Alerj e na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro contra a intolerância religiosa e pela libertação do acervo sagrado. A primeira audiência pública ocorreu em 19 de setembro de 2017. Em junho do ano seguinte, ocorreu um debate sobre racismo religioso e cultura africana na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro com a presença do movimento Não Mexa na Minha Ancestralidade. O evento foi aberto ao som de atabaques e grande xirê, a dança de evocação dos Orixás. Em novembro de 2019, nova audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos da Alerj, dessa vez sendo realizada no Ilê Ase Omiojuaro, em Miguel Couto, Nova Iguaçu, em resposta a uma série de violações ocorridas contra terreiros do estado do Rio, envolvendo invasões, apedrejamentos e destruição de espaços e objetos de culto.²³ Seja como for, a campanha tinha finalmente alcançado a imprensa escrita e televisada.

Em dezembro do mesmo ano, estreava o documentário *Nosso Sagrado*, registro do movimento, produzido pela Quiprocó Filmes, dirigido por Fernando Sousa, Gabriel Barbosa e Jorge Santana. O documentário *Respeita Nosso Sagrado* registrou mais tarde a transferência do acervo para o Museu da República, em 21 de setembro de 2020; com produção audiovisual da Quiprocó Filmes e direção de Fernando Sousa e Gabriel Barbosa, foi lançado em 20 de novembro de 2020.²⁴

Mãe Meninazinha, representando a campanha *Liberte Nosso Sagrado*, recebeu em 10 de dezembro de 2019 a homenagem Carolina de Jesus, concedida pela Comissão de Direitos Humanos da Alerj.

A chegada do Sagrado ao lar do poder laico

É importante saber que o Plano Museológico do Museu da República para o período de 2018-2021 foi discutido e aprovado coletivamente e é coerente com a missão da Museologia Social, o que inclui constituir, no Museu, um acervo representativo da pluralidade étnica e cultural do Brasil Republicano e assumir posição clara e democrática face às ações de reparação de justiça.

23 Ver: G1, 25/07/2018. “Terreiro de candomblé é vandalizado pela quarta vez em Búzios, RJ, e líder religiosa desabafa: ‘Basta de intolerância’”, por Mateus Marinho. <<https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2018/07/25/terreiro-de-candomble-e-vandalizado-pela-quarta-vez-em-buzios-rj-e-lider-religiosa-desaba-basta-de-intolerancia.ghtml>> (acesso em 03/04/2022); e G1, 12/07/2019. “Polícia identifica traficantes suspeitos de destruir terreiro de candomblé em Caxias”, por Tatiana Nascimento. <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/12/policia-identifica-trafficantes-suspeitos-de-destruir-terreiro-de-candomble-em-caxias.ghtml>> (acesso em 03/04/2022)

24 <<https://www.facebook.com/quiprocofilmes/videos/846492332769638/>> (acesso em 03/04/2022)

A retirada dos objetos sagrados do Museu da Polícia (e chegada ao Museu da República) insere-se, pois, no campo mais amplo das ações antirracistas e de rejeição à intolerância religiosa e como ação reparadora, a ser realizada em gestão compartilhada com o povo de santo.

Longe de ser uma proposta vazia de sentidos, a gestão compartilhada do acervo sagrado é de fato o único horizonte em que reconhecemos a possibilidade de avançar em bom termo no trabalho de identificação das peças, de compreensão de seus significados sociais e de sua dimensão sagrada, sem cometer erros básicos, como empregar denominações equivocadas, às vezes carregadas de preconceito, e sem incorrer em desrespeito, por inexperiência ou mesmo ignorância. É nessa perspectiva que Maria Helena Versiani indaga:

Como compreender as contradições sociais que atravessam a Coleção Nosso Sagrado sem ouvir o povo de santo? Como conhecer os impactos da formação desse acervo na vida dos terreiros e espaços de culto? Como conectar uma luta ancestral sem ouvir as histórias, os casos e causos dos que vivenciam o cuidar e honrar a ancestralidade?²⁵

E é o diretor Mario Chaga quem reitera:

— O princípio da gestão compartilhada é o princípio do respeito, é o princípio do cuidado.²⁶

Os encontros da equipe do Museu da República com as comunidades religiosas tornaram-se regulares, dando-se também início a uma série de reuniões com pesquisadores e professores, com a Secretaria de Estado da Polícia Civil, o Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro, a Superintendência Estadual de Museus, o Ministério Público Federal e o Iphan.

A assinatura do Termo de Cessão ocorreu no dia 7 de agosto de 2020. A publicação em Diário Oficial da União data de 19 de agosto.²⁷ O procurador do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro²⁸, Júlio Araújo, ajuizou que a transferência do acervo representa uma “reparação histórica pelas violações de direitos”.²⁹

O dia 21 de setembro de 2020 ficou marcado como o dia da chegada do Nosso Sagrado ao Museu da República. Em 19 de junho de 2021, no terreiro do Ilê Omulu e Oxum, foi assinado o Termo de Doação definitiva do acervo. O cerimonial contou com a presença expressiva de lideranças religiosas, com a presença de representantes do estado do Rio de Janeiro, de representantes do Ministério Público e de dois representantes do Museu da República (Maria Helena Versiani e Mario Chagas).

Os 519 objetos sagrados foram profissionalmente embalados e distribuídos em 77 caixas e todo trabalho de embalagem foi concluído na noite da sexta-feira, dia 18 de setembro. É quando Mario Chagas ouve por telefone de Mãe Nilce:

25 Live: Cuidando do Nosso Sagrado: o acervo sagrado e o sagrado no acervo, realizada em 10/11/2020 e organizada pelo Museu Vivo do São Bento em parceria com o Museu da República. Participação de Graça Teixeira e Maria Helena Versiani e mediação da educadora Deise Guilhermina. (Trecho recomposto). <https://www.youtube.com/watch?v=jo5En_YQxBQ> (acesso em 03/04/2022)

26 67ª Jornada Republicana, op cit.

27 Diário Oficial da União, Seção 3, n. 159, de 19/08/2020.

28 O trabalho do procurador Renato Machado foi decisivo para o sucesso da libertação do Nosso Sagrado; ele foi sucedido pelo procurador Júlio Araújo que, por vez, foi sucedido pela procuradora Bruna Menezes Gomes da Silva.

29 Documentário Respeita Nosso Sagrado, op cit

_ Meu filho, vamos trazer o Nosso Sagrado para a luz do dia.

A essa altura, foi essencial o apoio do Instituto Ibirapitanga, parceiro desde o início do Museu no projeto de gestão do Nosso Sagrado, que arcou com os custos de transporte do acervo, em termos criteriosos que incluíram a contratação de seguro e a elaboração de laudos de saída e chegada ao novo endereço.

Naquela manhã de segunda-feira, 21 de setembro de 2020, os objetos sagrados atravessaram pelos portões do Palácio do Catete, anunciando a Primavera dos Museus no Museu da República.³⁰ Com muito sentimento, Mãe Meninazinha comentou:

_ Trinta anos eu falando do Nosso Sagrado. Trinta anos eu falando sobre as coisas nossas que estão na mão da polícia, palavras da minha avó. A partir dessas palavras é que nós chegamos até aqui.³¹

Visivelmente emocionada, acrescentou:

_ Eu tinha certeza de que um dia nós íamos conseguir, e conseguimos, em nome de todos os nossos ancestrais e dos Orixás.³²

A ordem de abertura das caixas no Museu da República foi fixada pelo povo de santo: primeiro a pedra de Exu, em seguida os atabaques. Em tempo de crise sanitária global e pandemia do coronavírus, palmas, cantos e a dança dos caminhos, das águas, dos rios, dos mares, dos ventos, das matas, de todas as divindades da natureza aconteceram na medida do ritual possível, sem aglomeração, sem descuidar de si e do próximo, no compasso da emoção infinita e do se levantar para construir juntos.

Os depoimentos estão registrados no documentário *Respeita o Nosso Sagrado*. Tata Luazemi (Pai Roberto Braga), do Abassá Lumyjacarê Junçara, ouviu os atabaques tocando:

_ Parecia que eles estavam fazendo uma festa de libertação; onde os nossos antepassados estão fazendo festa. Tem um grande candomblé, uma grande gira de umbanda, um grande xirê, um grande cordão de Angola.³³

Pai Adailton de Ogum falou:

_ Não era eu que estava assinando, era minha ancestralidade, era minha Mãe que estava assinando, ela não estava fisicamente, mas eu acredito que ela estava ali com aquele ancestral segurando minha mão e vendo o resultado tão bom pra todos nós.³⁴

Pai Mauro de Oxóssi diz sentir-se honrado e orgulhoso de representar sua ancestralidade naquele momento e, ao mesmo tempo, estar imbuído da responsabilidade de não deixar o processo retroceder:

30 A 14ª Primavera dos Museus ocorreu no período de 21 a 27 de setembro de 2020 e foi coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus-Ibram, que articulou, em âmbito nacional, milhares de atividades para diferentes públicos.

31 Documentário *Respeita Nosso Sagrado*, *op cit.*

32 Documentário *Respeita Nosso Sagrado*, *op cit.*

33 Documentário *Respeita Nosso Sagrado*, *op cit.*

34 Documentário *Respeita Nosso Sagrado*, *op cit.*

— Hoje a gente não encerra um ciclo, mas a gente fecha uma etapa, para que possamos a partir de agora lutar uma nova luta, que é a luta da divulgação, da disseminação, da expansão do saber sobre as comunidades de terreiro, sobre a importância do Nosso Sagrado.³⁵

Ao final do evento, fez-se a pequena cerimônia para assinatura da ata simbólica de recebimento do acervo. Ialorixás e babalorixás, representando a diversidade das casas de culto religioso afro-brasileiro em território fluminense, ocuparam o Museu da República. A grande mesa do Salão Ministerial do Palácio do Catete, que tinha servido às reuniões do poder executivo federal, que no passado tinha promovido ou se omitido diante da profanação do sagrado afro-brasileiro, naquele momento transformava-se em espaço de poder do povo de santo, com todos os significados de um tempo presente, interagindo com o passado e o futuro da República.

Coube a Mãe Meninazinha encerrar a reunião:

— A vitória de hoje é a vitória da sociedade como um todo. Orixá abençoe a todos. Respeite o Nosso Sagrado!³⁶

O acervo no Museu

No Museu da República, o acervo foi submetido a uma quarentena, período quando ficou separado dos demais objetos preservados na instituição a fim de evitar eventuais contaminações por fungos e outros micro-organismos. Cada objeto sagrado está sendo higienizado, fotografado e acondicionado adequadamente. Aqueles que necessitam de reparo ou restauro são guardados à parte, segundo um plano de restauração fixado para todo o acervo.

Causou particular impressão à equipe da Museologia o bom estado geral do conjunto, que, embora não eliminando alguma necessidade de reparo ou intervenção, é indicativo de que vinha sendo objeto de cuidados e conservação preventiva.

A diversidade de materiais é enorme: tecidos, pedra, madeira, palha, cerâmica, ferro, couro, plumas e mais. No acervo também estão incluídas vestimentas rituais, guias, adereços, estatuetas, espadas, instrumentos musicais, bonecas, aves empalhadas e outras peças pertinentes ao culto e uso pessoal dos praticantes deste. Nessa etapa do trabalho, a orientação do povo de santo foi essencial. Há peças que não podem ser guardadas, restauradas ou exibidas apenas segundo o diagnóstico técnico museológico. Importa observar certas injunções, a partir dos sentidos sagrados de cada uma delas.

As dúvidas afloravam entre a equipe técnica. Todos os objetos sagrados podem ser expostos sem restrição? Algumas imagens estão quebradas: – deverão ser restauradas? Algumas guias estão partidas: – deverão ser reenfiadas? As respostas não são autoevidentes ou óbvias e o trabalho de gestão compartilhada é imprescindível para iluminar o bom caminho. Como se constata, independentemente do histórico de criminalização e manuseio insensível dos artefatos sagrados, estes são reconhecidos como objetos de culto e tratados e guardados nos termos dos saberes e fazeres das religiosidades afro-brasileiras que lhes deram origem.

O Nosso Sagrado constitui um patrimônio cultural que merece toda atenção em termos de documentação, pesquisa, preservação, conservação e

35 Documentário Respeita Nosso Sagrado, *op cit.*

36 Documentário Respeita Nosso Sagrado, *op cit.*

restauro; trata-se de um acervo único, original, sem precedentes; trata-se de um acervo que deve ser conhecido, cuidado, lembrado, estudado e divulgado. Como diz Tata Luazemi:

— É tratar os objetos com carinho como se cuida da nossa Mãe, como se cuida dos nossos parentes, dos nossos pais.³⁷

E ainda mais:

— É cuidar com preservação, pra lá na frente o povo poder olhar e ver: olha a herança que os nossos mais velhos, os nossos antepassados deixaram.³⁸

O palácio do laico e o acervo do sagrado

O acervo Nosso Sagrado também remete a um acervo de problemas sociais. Remete ao racismo religioso, que se manifesta também no campo do simbólico. Por que confiscar objetos do culto de matrizes africanas? Por que confiscar terços e imagens de São Jorge, de Nossa Senhora e São José encontrados em espaços do sagrado afro-brasileiro e popular? Por que tantas igrejas são tombadas enquanto terreiros são depredados?

Em nosso entendimento, os ataques à cultura afro-brasileira são parte de um projeto de Estado sustentado na ideologia racista e de branqueamento da população brasileira, que não se limitou ao fomento à imigração europeia em fins dos oitocentos e início do século XX. Como diz Luiz Antônio Simas, trata-se de um projeto de apagamento do não branco sustentado em três pilares. É notadamente *genocida*, investe no apagamento físico de corpos negros, e também *epistemicida*, investe no aniquilamento de saberes não brancos. É ainda *semiocida*, investe no apagamento de linguagens e significados. Dentro desse projeto, que marginaliza e desqualifica as expressões culturais de matrizes africanas, está situada a formação, a perseverança, a resistência do Nosso Sagrado.

Como exprime Maria Helena Versiani, longe de supor que os escravizados se restringiam a uma população de vítimas, é preciso compreender que suas práticas culturais reconstruídas no Brasil se deram dentro do movimento humano de encontrar um lugar para si, para existir, independentemente da sua condição de escravizados.³⁹ Tais vivências culturais projetam-se em todos os domínios da vida dos brasileiros e brasileiras. Marcam processos de identificação em devir, onde incluem-se modos de falar, vestir, cozinhar, cantar, dançar, criar e crer, enfim, hábitos e costumes de toda gente.

A contribuição do negro e do indígena na formação cultural do Brasil tem menos a ver com a escravização, obra repulsiva do branco europeu, e muito mais com as vivências culturais africanas e indígenas incorporadas à vida no Brasil, reitera Versiani.⁴⁰

Assim, o Nosso Sagrado simboliza a resistência, a resiliência e a possibilidade de construção de uma identidade processual e diversa, nada essencializada, como um projeto que se faz e se refaz permanentemente. Os seus objetos refletem a diversidade humana, a diversidade de terreiros e de cultos de matrizes africanas praticados no Rio de Janeiro, a partir da experiência diaspórica; mas

37 Documentário Respeita Nosso Sagrado, *op cit.*

38 Documentário Respeita Nosso Sagrado, *op cit.*

39 Live: Cuidando do Nosso Sagrado: o acervo sagrado e o sagrado no acervo, *op cit.*

40 *Ibid.*

A chegada e chegadas do nosso sagrado à república

também apontam para a universalidade da experiência mística e religiosa, para a universalidade das práticas persecutórias e das capacidades de reinvenção e resistência.

Entre tantas outras ideias, é instigante repensar o próprio campo do Patrimônio Cultural a partir desse acervo. No Brasil, a ideia de patrimônio nacional se construiu para celebrar o poder e afirmar o saber científico, postulando uma ordem e progresso soberanos, gravados no lema da bandeira. Na contramão desse pensamento, o acervo Nosso Sagrado nos remete a constructos e saberes tradicionais afro-brasileiros, decisivos à sua preservação. No cruzamento entre liturgia e ciência, ofício religioso e técnica museológica, sabedoria ancestral e método científico, procuramos o delicado equilíbrio da gestão desse acervo.

Segue dizendo Maria Helena Versiani:

Decidir investir recursos públicos na formação de objetos museológicos, para que estejam disponíveis às gerações futuras, significa mobilizar equipes multidisciplinares e destinar a esses objetos uma série de cuidados. Trata-se de decisão que supõe algum entendimento sobre o que deve ser preservado como legado do passado para o presente e o futuro. (VERSIANI, 2018: 40)

Trata-se, persevera a pesquisadora, de compreender os museus como lugares estratégicos no desenvolvimento de sociedades democráticas, os acervos como domínios expressivos da multiplicidade étnica, regional e cultural que conforma as sociedades e a Museologia como prática inclusiva, com base social e popular. (VERSIANI, 2018: 81)

O amanhã começou no ontem

Entre as ações esperadas a partir do Nosso Sagrado está a produção de um livro de arte sobre as religiosidades afro-brasileiras amplamente documentado, que possa ser apreciado em cada casa de santo. Projeta-se também a publicação de livros didáticos para diversos níveis escolares e a organização de exposições de curta, média e longa duração.

Para Mãe Meninazinha, ver a exposição dessas peças no Museu da República é um modo de resgatar a dignidade dos negros brasileiros, recontar sua história e a História do Brasil chamando atenção para o racismo religioso, que até hoje promove ataques a terreiros:

— O Brasil precisa conhecer esse acervo, esse acervo representa o Brasil.⁴¹

O processo de libertação do Nosso Sagrado fala da construção de um Brasil democrático. Esse acervo, como diz Mario Chagas:

— [Importa] aos religiosos do axé, mas também aos judeus, povos indígenas, muçulmanos, católicos, budistas, espíritas de todas as tendências, aos ateus e aos evangélicos; ela importa para combater o racismo e garantir a liberdade de manifestação religiosa”.⁴²

Ele tem um significado que, partindo da religiosidade de origem, transcende e afirma o direito humano à liberdade de relação com o devir, com o

41 Documentário Respeita Nosso Sagrado, *op cit.*

42 67ª Jornada Republicana do Museu da República, *op cit.*

divino, com o futuro, com o não visível, e, nesse sentido, está bem ancorado no Museu da República.

É notável e simbólico o fato de o Nosso Sagrado ter sido formado a partir de práticas persecutórias institucionalizadas nos primeiros anos do Brasil republicano e que agora seja valorizado e exposto em espaço de memória e representação da República. Se antes os objetos sagrados eram tratados como prova de crime; hoje, lembra Maria Helena Versiani:

— [Eles] nos ajudam a compreender outro crime, imprescritível e contra a humanidade, o crime do racismo.⁴³

Assim, o exercício de atribuir novos significados ao acervo Nosso Sagrado implica necessariamente rever os sentidos do próprio projeto republicano brasileiro. Exercício particularmente potente quando inscrito em espaço institucional de memória, representação, história, afeto, luta, patrimônio.

Mario Chagas arrisca dizer que a transferência do acervo das religiões de matrizes afro-brasileiras é, no Brasil, o maior acontecimento museológico dos últimos dez anos e um dos mais importantes em toda a trajetória do próprio Museu da República. Discute esse patrimônio como *fratrimônio*, herança fraterna entre nós, que projeta novas possibilidades para o futuro. Diz Mario:

— Estamos construindo fratrimônio com a ajuda desse acervo.⁴⁴

Não por acaso, a primeira amostra de peças do acervo, em formato de exposição virtual, recebeu o nome: Nosso Sagrado: a construção de uma herança fraterna.⁴⁵

A mesma compreensão aparece nas palavras de Mãe Meninazinha, quando ressalta a importância da união dos ancestrais, filhas, filhos, mães e pais de santo e de outros que não são de santo, mas que compartilham a mesma luta, unindo forças.

Alguns meses após a transferência do Nosso Sagrado para o Museu da República, no dia 21 de setembro de 2020, e em sintonia com proposta de Mãe Meninazinha, a monumentalidade da libertação desse acervo foi reconhecida em projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2021, que instituiu o dia 21 de setembro em calendário oficial como o Dia Estadual da Libertação do Acervo Sagrado.

Referências

AUGRAS, Monique. *O duplo e a metamorfose: a identidade mítica em comunidades nagô*. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

ALVES, Luiz Gustavo. A situação da “Coleção Magia Negra” e o cenário dos processos de restituição de objetos. Simpósio Nacional de História, Recife, 2019.

43 Live: Cuidando do Nosso Sagrado: o acervo sagrado e o sagrado no acervo, *op cit.*

44 Live: Cuidando do Nosso Sagrado: o acervo sagrado e o sagrado no acervo, *op cit.*

45 Exposição Nosso Sagrado: a construção de uma herança fraterna. Inaugurada pelo Museu da República em 21/09/2021, no Google Art & Culture. <<https://artsandculture.google.com/story/mwVx9m6ZCu-qk5A>> (acesso em 03/04/2022)

A chegada e chegadas do nosso sagrado à república

ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho – correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: Sphan/Pró Memória, 1981 (Publicações do Sphan, 33).

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco. O negro no imaginário das elites. Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRITTO, Clóvis Carvalho; LIMA, Kellen Josephine Muniz de. Sacrifício ritual nas religiões afro-brasileiras. Reflexões sobre patrimonialização, memória e anarquismo. *Informação & Informação*, Londrina, v. 24, n. 3, p. 433-451, set./dez. 2019.

CARISE, Iracy. *Arte Negra na Cultura Brasileira (Máscaras Africanas)*. Rio de Janeiro: Arte Nova; 1974.

CHAGAS, Mario. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó (SC): Argos, 2006.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. *Branquitude: dilema racial brasileiro*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

CONDURU, Roberto. *Pérolas negras – primeiros fios: experiências artísticas e culturais nos fluxos entre África e Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. Um museu mefistofélico: museologização da magia negra no primeiro tombamento etnográfico no Brasil. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 33-51, mai. 2014.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. A Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro: o primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. *Mneme - Revista de Humanidades*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 7, n. 18, p. 404-438, out./nov. 2005.

COSTA, Adailton Moreira. *Mulheres negras líderes de candomblé na contemporaneidade: Um olhar abrangente sobre a questão de gênero feminino, ação política e a religiosidade afro-brasileira no Rio de Janeiro*. Monografia (graduação), PUC, Rio de Janeiro, 2008.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2013.

GAMA, Elizabeth Castelano. *Lugares de memórias do povo-de-santo. Patrimônio cultural entre museus e terreiros*. Tese. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

GURAN, Milton. Sobre o longo percurso da matriz africana. Pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 35, p. 212-226, 2017.

HEIM, Bruno Barbosa; ARAÚJO, Maurício Azevedo de; HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro. *Direito dos povos de terreiros*. Bahia: Eduneb, 2018.

HEYWOOD, Linda Marinda (Org.). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

JAGUN, Márcio de. *Orí: a cabeça como divindade*. Rio de Janeiro: Litteris, 2015.

LODY, Raul. *O negro no museu brasileiro*. Construindo identidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antônio. *Dicionário da história social do samba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MAGGIE, Yvonne; RAFAEL, Ulisses Neves. Sorcery objects under institutional tutelage: magic and power in ethnographic collections. In: *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 10 n. 1, p. 276-342, 2013.

MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço: Relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

NASCIMENTO, Maria do [Mãe Meninazinha de Oxum]. *História de uma Meninazinha – O legado ancestral*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2015.

OLIVEIRA, Nathália Fernandes de. *A repressão policial às religiões de matriz afro-brasileira no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2015.

PAIM, Jairnilson Silva. *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*. Salvador: Edufba; RJ: Editora Fiocruz, 2008.

PEREIRA, Pamela de Oliveira. *Novos olhares sobre a coleção de objetos sagrados afro-brasileiros sob a guarda do Museu da Polícia: da repressão à repatriação*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ivanei da. *A memória vigiada: o papel do museu da polícia civil na construção da memória da polícia civil no Rio de Janeiro, 1912-1945*. Dissertação. Unirio, Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, José Marmo da. Religiões e Saúde: a experiência da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 171-177, 2007.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. *Fogo no mato - a ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.

A chegada e chegadas do nosso sagrado à república

TORRES, Heloísa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Ministério da Educação e Saúde, n. 1, p. 9-30, 1937.

VERSIANI, Maria Helena. *Criar, ver e pensar um acervo para a República*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

Recebido em julho de 2022.
Aprovado em outubro de 2022.